

1 DATA: 09 de dezembro de 2004. LOCAL: Auditório do Conselho de Gestão do
2 Patrimônio Genético, SCEN Lote 02, Ed. Sede do IBAMA, Bloco G, Brasília, DF.
3 HORÁRIO: de 9:00 às 14:00h. PARTICIPANTES: Presidente da mesa: João Paulo
4 Ribeiro Capobianco. Representantes: Paulo Yoshio Kageyama, representante
5 suplente do Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Ciência e Tecnologia, Ione
6 Egler (titular); Ministério da Saúde, Angélica Rogério de Miranda Pontes (titular);
7 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Márcio Mazzaro (suplente);
8 Ministério da Defesa, Carlos Edson Martins da Silva (titular); Ministério da Cultura,
9 Ana Gita de Oliveira (titular); Ministério das Relações Exteriores, Adriana Sader
10 Tescari (suplente); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,
11 Elisa de Ananias Fraga (titular); Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos
12 Naturais Renováveis, Rômulo José Fernandes Barreto Mello (suplente); Instituto de
13 Pesquisas Jardim Botânico, Tânia Sampaio Pereira (titular); Conselho Nacional de
14 Desenvolvimento Científico e Tecnológico, José Carlos Cordeiro da Costa Júnior
15 (titular); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Taciana Barbosa Cavalcanti
16 (titular); Fundação Nacional do Índio, Hilda Carla Fajardo (titular); Fundação
17 Oswaldo Cruz, Maria Celeste Emerick (titular); Instituto Evandro Chagas, Iracina
18 Maura de Jesus (suplente); Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Maria Alice
19 Camargo Calliari (titular). Convidados Permanentes: Associação Brasileira das
20 Empresas de Biotecnologia – ABRABI, Beatriz de Bulhões Mossri (titular);
21 Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais – ABONG, Raul Silva
22 Telles do Valle (suplente); Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio
23 Ambiente – ABEMA, Daniel Casarin Ribeiro (titular); Ministério Público Federal,
24 Eliana Peres Torelly de Carvalho (titular). Membros da Secretaria-Executiva do
25 Conselho: Eduardo Vélez Martin, Secretário-Executivo, Cristina Azevedo, Guilherme
26 Amorim, Inácio Cançado, André Pessoa de Araújo, Daniella M. de Carrara, Fernanda
27 Álvares Silva, Mônica Negrão, Paula Lavratti, Maria Teresa Caldeira, Fernanda Altoé
28 Daltro, Sonja Mayra Righetti, Thomaz Miazaki de Toledo. Outros participantes:
29 Ministério do Meio Ambiente, Daniela Goulart (CONJUR/MMA) e Bruno Filizola
30 (SDS/MMA); Ministério da Saúde, Thenille Machado; Ministério da Defesa, Patrícia
31 Siqueira; MAPA, Kléber Souza dos Santos; MDIC, José Carlos Araújo Filho; CNPq,
32 Carlos Benigno de Carvalho e Elisa Furtado Madi; CNI, Grace Dallapria; ISA, Henry
33 Novion; Natura, Fernanda Ferraz e Elizabete Vicentini; PUC-SP, Ana Cavalcanti.
34 CONVOCAÇÃO: Memorando Circular nº 016/2004/DPG/SBF/MMA, de 25 de
35 novembro de 2004, Ofício Circular nº 025/2004/DPG/SBF/MMA, de 25 de novembro

36 de 2004, Ofício Circular nº 026/2004/DPG/SBF/MMA, de 25 de novembro de 2004.
37 PAUTA: I - Abertura da Reunião; II - Instalação dos Trabalhos: (1) Leitura e
38 Aprovação da Pauta da 28ª Reunião Ordinária; (2) Aprovação da Ata da 27ª Reunião
39 Ordinária; III - Ordem do Dia - (3) Apresentação e Deliberação sobre solicitações de
40 credenciamento de instituições como fiéis depositárias de amostras de componente
41 do patrimônio genético. (3.1) Requerente: Coleção Ictiológica, Coleção anatômica de
42 Chondrichthyes, Coleção diafanizada e osteológica de Osteichthyes, Coleção
43 Osteológica de Tetrápodos, Coleção de Aves, Coleção Paleontológica, Coleção
44 Malacológica, Coleções de Angiospermae, Gymnospermae e Pteridophyta, Algas,
45 Líquens, Fungos e Briófitas; do Departamento de Ecologia / Instituto de Biologia
46 Roberto Alcântara Gomes da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ -
47 Processo nº 02000.001347/2004-37. Relator: Secretaria-Executiva do CGEN
48 (processo analisado na 27ª Reunião). (3.2) Requerente: Jardim Botânico de Brasília
49 – JBB. Processo nº 02000.002715/2002-01. Relator: Elisa Ananias Fraga –
50 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. (4) Apresentação de
51 Relatório Anual referente ao Credenciamento do IBAMA para autorizar acesso e
52 remessa de amostra de componente do patrimônio genético para fins de pesquisa
53 científica, conforme Deliberação nº 40 do CGEN, de 24 de Setembro de 2003.
54 Relator: Rômulo Mello – IBAMA. (5) Apresentação de proposição para regulamentar
55 Art. 24 da MP 2.186-16/01. Relator: Coordenação da Câmara Temática de
56 Repartição de Benefícios. (6) Aprovação do calendário das reuniões ordinárias
57 previstas para o ano 2005. IV – Assuntos de Ordem Geral: (7) Entrega de relatório
58 anual de atividades da Secretaria-Executiva do CGEN. (8) Palavra aberta aos
59 Conselheiros. (9) Encerramento. INFORMES, DISCUSSÕES E DELIBERAÇÕES: O
60 Sr. João Paulo Ribeiro Capobianco, na condição de Presidente do Conselho, deu
61 início à 28ª Reunião do CGEN e saudou os novos conselheiros do Ministério da
62 Defesa, Carlos Edson Martins da Silva, titular, e do CNPq, José Carlos Cordeiro da
63 Costa Júnior e Maria Lucilene Araújo Barros Velo, titular e suplente,
64 respectivamente. Dando seqüência, foi aprovada a pauta da reunião sem alterações.
65 Após contribuições do MCT combinadas com ajustes propostos pelo MMA, a ata da
66 27ª Reunião Ordinária foi aprovada com os votos favoráveis dos conselheiros: Ana
67 Gita, Taciana Cavalcanti, Márcio Mazzaro, Carlos Edson Martins, Iracina de Jesus,
68 Maria Celeste Emerick, Adriana Tescari, Tânia Sampaio, Elisa Fraga, Angélica
69 Pontes, Maria Lucilene Velo, Ione Egler, Hilda Fajardo. Absteve-se a Conselheira
70 Maria Alice Calliari, justificando não ter participado da reunião anterior. Não houve

71 votos contrários. Passou-se então para o **item de número três**, apreciação das
72 solicitações de credenciamento de instituições como fiéis depositárias de amostras
73 de componentes do patrimônio genético. A primeira solicitação foi das **coleções**
74 **Ictiológica, anatômica de Chondrichthyes, diafanizada e osteológica de**
75 **Osteichthyes, Osteológica de Tetrápodos, de Aves, Paleontológica,**
76 **Malacológica, de Angiospermae, Gymnospermae e Pteridophyta, Algas,**
77 **Líquens, Fungos e Briófitas, do Departamento de Ecologia do Instituto de**
78 **Biologia Roberto Alcântara Gomes da Universidade Estadual do Rio de**
79 **Janeiro**, processo relatado na última reunião ao qual foram requisitadas maiores
80 informações à instituição e extrato mais pormenorizado preparado pela Secretaria-
81 Executiva. Uma vez atendidas tais requisições e esclarecidos os pontos de dúvida
82 de então, o Sr. Presidente abriu a palavra aos conselheiros. A Conselheira Tânia
83 Sampaio, do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, manifestou preocupação específica
84 com a capacidade de crescimento do herbário da UERJ. A Conselheira Taciana
85 Cavalcanti, da EMBRAPA, reforçou sua sugestão de que coleções de naturezas
86 diferentes fossem encaminhadas para apreciação em processos separados. A
87 Conselheira Elisa Fraga, do MDIC, questionou se apenas a instituição ou se cada
88 coleção incluída na solicitação de credenciamento deveria preencher os requisitos
89 estabelecidos na legislação. O Sr. Eduardo Vélez sugeriu que estas propostas
90 fossem encaminhadas para a Câmara Temática de Patrimônio Genético Mantido em
91 Condições *Ex Situ* - PAGEX, para discussão e estruturação de uma proposta de
92 procedimento. Dando continuidade à solicitação de credenciamento, seguiu-se um
93 debate sobre como comprovar se há ou não efetiva capacidade de crescimento do
94 herbário, tendo em vista as declarações documentadas apresentadas pela
95 instituição e o eventual conhecimento das condições de uma determinada instituição
96 por parte de algum dos conselheiros. Dentro de entendimento de que este tipo de
97 informação não deva ser utilizada para impedir uma aprovação, diante de
98 documentação comprobatória de atendimento aos requisitos legais, mas como
99 observação a ser considerada nos relatórios anuais, para fins de revalidação do
100 credenciamento, encaminhou-se de acordo com a sugestão da Sra. Cristina
101 Azevedo, da Secretaria-Executiva, de que as coleções da instituição fossem
102 credenciadas e que, em seu relatório anual, sejam detalhadas informações sobre a
103 capacidade de crescimento do herbário e sobre a equipe de curadores responsáveis
104 pelo mesmo, ocasião em que as preocupações específicas com o herbário poderiam
105 ser reavaliadas. Esta sugestão foi acatada e encaminhada para votação pelo

106 Presidente. Votaram favoravelmente ao credenciamento os conselheiros: Ana Gita,
107 Carlos Edson Martins, Iracina de Jesus, Maria Celeste Emerick, Adriana Tescari,
108 Tânia Sampaio, Elisa Fraga, Maria Alice Calliari, Angélica Pontes, Ione Egler e Hilda
109 Fajardo. Votaram contra os conselheiros Taciana Cavalcanti e Márcio Mazzaro.
110 Absteve-se a Conselheira Maria Lucilene Velo. O credenciamento foi aprovado com
111 onze votos favoráveis. Em seguida foi apreciada a solicitação de credenciamento do
112 **Jardim Botânico de Brasília**. A Conselheira Elisa Fraga, relatora do processo,
113 manifestou preocupação com o fato de que o processo tinha iniciado no ano 2002,
114 ficando parado por muito tempo sendo retomado em 2004, além de apresentar
115 informações contraditórias e conter muitas lacunas. A Conselheira Tânia Sampaio
116 manifestou dúvidas sobre a capacidade da instituição em tornar-se fiel depositária no
117 momento. Cristina Azevedo, da Secretaria-Executiva, informou que foram solicitadas
118 informações que estavam pendentes, as quais não foram atendidas. O pedido foi
119 indeferido por não atender aos requisitos legais previstos, com dez votos contrários
120 ao credenciamento dos seguintes conselheiros: Márcio Mazzaro, Carlos Edson
121 Martins, Iracina de Jesus, Maria Celeste Emerick, Adriana Tescari, Tânia Sampaio,
122 Elisa Fraga, Maria Alice Calliari, Angélica Pontes e Ione Egler. Abstiveram-se os
123 conselheiros Hilda Fajardo, Ana Gita e Rômulo Mello. O Sr. Eduardo Vélez sugeriu,
124 atendendo questionamento da Conselheira Tânia Sampaio, que seja discutido
125 também na PAGEX o procedimento quanto ao credenciamento de coleções vivas, o
126 que foi acatado pelo plenário. Na seqüência, foi introduzido o **item de número**
127 **quatro**: apresentação do relatório anual referente ao credenciamento do IBAMA,
128 realizada pelo Conselheiro Rômulo Mello. O mesmo destacou que se tratava de uma
129 síntese das licenças concedidas de 2003 até o momento. Os número apresentados
130 apontaram 61 autorizações de pesquisa, 31 processos arquivados, indeferidos ou
131 aguardando documentos que, somados aos processos em tramitação, totalizam 159
132 pedidos. Os números de processos também foram apresentados de acordo com
133 tipologias temáticas e institucionais. O Conselheiro informou ainda que o IBAMA
134 pretende em breve estabelecer um instrução normativa sobre coleta de material
135 biológico para pesquisa científica de modo combinado a um sistema informatizado
136 de solicitação e recebimento de licenças “on line”, cujas informações terão níveis de
137 disponibilidade distintos. O Sr. Presidente solicitou ao Conselheiro que disponibilize
138 a última versão do relatório, com números atualizados, aos demais membros do
139 CGEN. O **item de número cinco** trouxe a discussão da proposta de
140 regulamentação do artigo 24 da MP 2.186-16/01, a fim de regulamentar as situações

141 em que não é possível a identificação do titular da área onde foi coletada a amostra
142 do componente do patrimônio genético. O Sr. Eduardo Vélez, da Secretaria-
143 Executiva, apresentou a proposta discutida e elaborada ao longo de quatro reuniões
144 da Câmara Temática de Repartição de Benefícios, destacando que buscava atender
145 os casos em que a coleta de material ocorreu antes da edição da Medida Provisória
146 ou nos quais não houve o devido registro de informações relativas ao titular da área
147 de ocorrência do patrimônio genético. O mesmo destacou que na impossibilidade de
148 chegar a um consenso pleno na Câmara Temática, o tema foi encaminhado ao
149 CGEN para conhecimento e orientação de procedimentos futuros a adotar. A
150 discussão continuou nos termos a seguir. **Manifestação do Presidente João Paulo**
151 **Capobianco:** “Em discussão, senhores Conselheiros. Ione Egler, por favor.”
152 **Manifestação da Conselheira Ione Egler – MCT:** “Eu queria não falar diretamente
153 desse decreto, mas atentar aos Conselheiros que estavam aqui no dia dezanove de
154 março de 2003, nessa mesma sala, porém com disposição um pouquinho diferente –
155 a ministra assentada ali à frente junto com o secretário executivo Langone, onde ela,
156 ao reabrir os trabalhos do CGEN, ela fez uma avaliação da Medida Provisória que se
157 fundamentou em dois pontos principais. O primeiro na análise dela, e acho que de
158 todos nós naquela ocasião, é de que a Medida Provisória havia engessado e
159 ocasionado ‘um tensionamento desnecessário com a comunidade científica’. E dois,
160 que a Medida Provisória não tinha equacionado satisfatoriamente a questão de
161 repartição de benefícios. Para solucionar o primeiro caso do tensionamento
162 desnecessário, foi estabelecido um grupo de trabalho cujo produto final era uma
163 harmonização de procedimentos que culminou com o credenciamento do IBAMA.
164 Nós decidimos inclusive não prosseguir com outros credenciamentos. Tentar
165 equacionar a situação modificando uma série de normas, mas a questão de
166 repartição de benefícios exigia uma feitura de uma legislação nova. Ela, na ocasião,
167 pediu que esse conselho se debruçasse arduamente sobre a constituição de um
168 projeto de lei substitutivo. Nós trabalhamos de março a setembro do ano passado
169 para finalizar esse projeto. O prazo era junho e nós só conseguimos equacionar uma
170 proposta em setembro. Fazem 15 meses que esse conselho apresentou um
171 anteprojeto de lei para equacionar algumas questões que até não poderiam
172 desengessar completamente a pesquisa. Fizemos um exercício aqui que
173 ...(inaudível)... bastante a pesquisa científica, aprimorou a questão da repartição de
174 benefícios e nós temos quinze meses que mandamos isso e não temos resposta.
175 Então, estamos aqui fazendo um exercício que eu entendo, como Conselheira, que

176 é ineficaz. Primeiro: desculpe os Conselheiros novos. A minha lista de distribuição
177 CGEN não está totalmente atualizada, mas passei alguns dias atrás uma análise
178 que foi feita por um grupo de trabalho do Ministério da Ciência e Tecnologia. Quando
179 estávamos integrando essa comissão técnica, nos deparamos com uma situação de
180 que a completa repartição de benefícios da Medida Provisória era impossível.
181 Comuniquei o fato à Secretaria do CGEN e pedi que essa questão ficasse em
182 suspenso temporariamente. Não pôde ficar. Então, por não poder trazer uma
183 posição institucional à câmara técnica, nós decidimos meramente acompanhar e não
184 mais participar, porque quando não se tem posição institucional, vira uma questão
185 de achologia pessoal. Nós temos um parecer que foi gerado após três reuniões com
186 três advogados, com três especialistas na área de fundo e chegamos à conclusão
187 do seguinte: é impossível regulamentar a Medida Provisória quando nós estivermos
188 tratando de repartição de benefícios quando a União não é parte. A União não será
189 parte para conhecimento tradicional, a União não será parte com grandes coisas...
190 com uma enormidade de situações, até porque o patrimônio genético está
191 configurado como bem de uso comum do povo e como tal, a União só será parte
192 nesses pequenos casos onde a área for dela. Ou seja, nós temos aqui um conjunto
193 de projetos aqui dentro. Alguns terá a União e nós não vamos, então, fazer uma
194 legislação para cuidar de alguns e deixar outros de fora. E nesses alguns que a
195 gente for tratar, a gente também só vai tratar parcialmente. Porque dentro das cinco
196 modalidades de repartição de benefícios que nós temos dentro da medida
197 provisória, no artigo 25, nós só podemos tratar da repartição de lucro. Não podemos
198 tratar da repartição de royalty, não podemos tratar de transferência de tecnologia –
199 esse decreto não trata – do licenciamento livre de ônus e da capacitação de
200 recursos humanos. O que nós temos à nossa frente é um decreto que tenta
201 regulamentar algo que, na minha avaliação, não regulamenta. Eu faço uma proposta
202 aos Conselheiros que têm preocupação com a questão de repartição de benefícios,
203 e eu acho que a Ministra Marina está coberta de razão com relação à Medida
204 Provisória. Ela não satisfaz e eu acho que nós, que fomos invocados a trabalhar,
205 fomos solicitados a trabalhar para um projeto de lei que equacionasse essa questão,
206 nós poderíamos aproveitar essa oportunidade e fazer uma moção... eu não sei
207 exatamente o quê. Estava procurando aqui no regimento do Conselho. Talvez uma
208 proposição à Casa Civil, que já possui projeto de lei lá com eles, que eles resolvam o
209 que vão fazer com o projeto de lei, porque nós vamos ficar aqui regulamentando a
210 parte da parte da parte da parte da parte da parte e não conseguimos regulamentar.

211 Então, nós vamos ficar aqui com situações onde vamos ter projetos onde a gente vai
212 poder trabalhar repartição de benefícios e outros, a gente vai botar na gaveta,
213 porque a gente não tem norma para tratar. Então, eu particularmente acho... eu não.
214 O Ministério. Não sou eu. O Ministério da Ciência e Tecnologia acha que esse foi um
215 exercício de discussão válido. Acho que a gente conseguiu avançar até no
216 entendimento das limitações que a Medida Provisória impõe, mas nós não
217 deveríamos propor nenhum decreto até porque é uma falsa noção de que nós
218 estamos resolvendo uma questão que não podemos resolver. Muito obrigada.”

219 **Manifestação do Conselheiro Márcio Mazzaro – MAPA:** “Bom, a minha
220 manifestação, além de concordar em gênero, número e grau com o que a Ione falou,
221 eu acho que perpassa um pouco essa proposta dela. Eu acho que precisaríamos
222 primeiro encaminhar essa questão de ordem colocada por ela e depois a minha
223 questão é mais especificamente contra a legislação.” **Manifestação do Presidente**
224 **João Paulo Capobianco:** “É uma questão de ordem? Uma questão de ordem? Se
225 for uma questão de ordem, precisa ter um ...(inaudível)...” **Manifestação do**
226 **Conselheiro Márcio Mazzaro – MAPA:** “Ela fez um encaminhamento.”

227 **Manifestação da Conselheira Ione Egler – MCT:** “Eu fiz um encaminhamento.”

228 **Manifestação da Presidente João Paulo Capobianco:** “Foi um encaminhamento.
229 Não é uma questão de ordem. Um encaminhamento não é uma questão de ordem,
230 Conselheiro. É uma coisa vamos ter uma posição adequada.” **Manifestação do**
231 **Conselheiro Márcio Mazzaro – MAPA:** “O meu pronunciamento fica após a
232 deliberação da proposta que ela colocou, porque eu acho que é uma questão
233 anterior ao mérito que eu quero entrar.” **Manifestação do Presidente João Paulo**
234 **Capobianco:** “Mas para mim não está claro nem o encaminhamento. É uma moção,
235 o encaminhamento, é isso? É paralisar o CGEN e aguardar uma lei, é isso? Fechar
236 o CGEN e aguardar? Não estou entendendo qual é o encaminhamento.”

237 **Manifestação da Conselheira Ione Egler – MCT:** “Não, não. Não é fechar o CGEN.
238 O CGEN tem muita coisa para fazer. Nós estamos aqui trabalhando no
239 credenciamento de instituições.” **Manifestação do Presidente João Paulo**
240 **Capobianco:** “Mas qual é claramente o encaminhamento?” **Manifestação da**
241 **Conselheira Ione Egler – MCT:** “Claramente o encaminhamento é o seguinte: esse
242 decreto mostrou que quem trabalhou nele não conseguiu chegar a um consenso e o
243 não consenso ainda por cima não resolve o problema.” **Manifestação do**
244 **Presidente João Paulo Capobianco:** “Isso não é verdade. O decreto explicita
245 claramente que há um grande consenso num ponto específico. Qual é a

246 divergência?” **Manifestação do Conselheiro Márcio Mazzaro – MAPA:** “Não, ele
247 não é completo.” **Manifestação do Presidente João Paulo Capobianco:**
248 “Desculpa, Conselheiro. É o seguinte: como presidente desse conselho, nós vamos
249 trabalhar de forma correta. Não é verdade que o decreto não trouxe consenso.
250 Trouxe sim, na sua grande parte, consenso a uma divergência específica num ponto
251 específico, que aliás de interesse específico do Ministério e coloca objeção. Então,
252 não se trata desse assunto. Ao contrário: processo é bem feito e traz uma proposta
253 importante a ser debatida. Então, não há possibilidade deste conselho não debater
254 um assunto que foi debatido em Câmara Temática adequadamente e apresentar
255 nesse conselho. Nós vamos debater esse assunto. Esse é um ponto passivo.
256 Segundo ponto importante: quem fala em nome da Ministra Marina da Silva aqui sou
257 eu, que sou seu representante e a orientação da Ministra Marina Silva, que não
258 impõe sobre o Conselho porque o Conselho é soberano, mas de minha parte como
259 seu representante, é de que nós temos que implementar tudo o que for possível ser
260 implementado enquanto não obtivermos a lei aprovada. Então, não há possibilidade
261 do nosso Ministério fazer qualquer e apoiar qualquer iniciativa que diga respeito a
262 uma paralisação branca do conselho enquanto o APL não vem. Isso não existe a
263 possibilidade. Então, eu queria entender qual é o encaminhamento claro para a
264 gente poder prosseguir, por favor.” **Manifestação da Conselheira Ione Egler –**
265 **MCT:** “A palavra está comigo? Olha, eu só queria o seguinte. Como eu não participei
266 da décima nona reunião da Câmara Temática, eu queria levar aos Conselheiros a ler
267 o terceiro parágrafo onde está escrito: ‘houve clara discordância dos representantes
268 da EMBRAPA e do MAPA’. Então, quando eu estou falando que não houve
269 concordância, eu não estou inventando.” **Manifestação do Presidente João Paulo**
270 **Capobianco:** “Você disse que não houve consenso nenhum. Se há discordância de
271 um membro, é claro que o assunto... por isso que existe o Conselho. Não existe no
272 regimento e nem na...” **Manifestação da Conselheira Ione Egler – MCT:** “Eu
273 preferiria que você não elevasse o tom de voz, porque como Conselheira... você
274 está elevando o tom de voz.” **Manifestação do Presidente João Paulo**
275 **Capobianco:** “Não é questão de elevar o tom de voz. É questão de garantir
276 objetividade. Se você tem um encaminhamento, você tem que fazer um
277 encaminhamento com base em fatos concretos. Não há nenhuma determinação de
278 que as decisões das Câmaras Temáticas são por unanimidade. O Conselho está
279 aqui para dirimir. Se há uma instituição que tem encaminhamento diferente, ótimo.
280 Vamos debater aqui. Os seus encaminhamentos serão considerados. Não há

281 nenhum problema. O que não pode é porque um não concorda, o Conselho não
282 pode deliberar. Eu não consigo entender qual é o argumento que justifica a não
283 deliberação.” **Manifestação da Conselheira Ione Egler – MCT:** “Eu não estou
284 colocando que o Conselho deva não deliberar. Longe de mim isso. O Conselho deve
285 deliberar, sim. Estou apresentando as minhas observações institucionais que temos
286 a respeito deste assunto que já foram motivos, inclusive, de dois ofícios do Ministério
287 à Secretaria Executiva. Isso não é surpresa para ninguém. Não costumamos usar de
288 procedimentos de surpresa. Isso foi solicitado formalmente que o assunto fosse
289 segurado um pouquinho, porque estávamos com dificuldades de ter uma posição
290 institucional a respeito do assunto. A posição institucional hoje é...(inaudível)...
291 acreditamos que mexer com esse decreto agora é algo completamente inócuo e não
292 estou falando isso...(inaudível) ... primeiro, porque eu não falo em nome de Ministro
293 nenhum. Eu simplesmente aludi a uma fala que a Ministra Marina fez no dia 19 de
294 março. Não estou falando no nome dela. Estou me reportando a uma fala dela e não
295 costumo usar o nome de quem quer que seja, até porque eu tenho bastante
296 personalidade e sei do que falo. Então, não preciso usar nome de autoridade para
297 dar sustentação ao que falo.” **Manifestação do Presidente João Paulo**
298 **Capobianco:** “Conselheira. Conselheira Ione, por favor.” **Manifestação da**
299 **Conselheira Ione Egler – MCT:** “Então, o que eu estou querendo dizer é o
300 seguinte...(inaudível)...” **Manifestação do Presidente João Paulo Capobianco:**
301 “Qual é o encaminhamento?” **Manifestação da Conselheira Ione Egler – MCT:** “A
302 posição do Ministério das Ciências e Tecnologia é: este decreto não satisfaz e esse
303 decreto como tal, como ele não resolve uma série de questões, nós deveríamos, ao
304 invés de entrar em minúcias que já demonstram que têm situações complicadas, que
305 nós fizéssemos uma moção à Casa Civil, ou algo que seja – não sei se é uma
306 moção – pedindo apressar um projeto de lei que saiu do Conselho. É muito simples
307 o encaminhamento que eu fiz.” **Manifestação do Presidente João Paulo**
308 **Capobianco:** “Veja bem. Eu gostaria de esclarecer a Conselheira Ione e
309 Conselheiro Márcio que o que a Conselheira Ione está manifestando é a opinião, a
310 sua opinião como representante do MCT. Na opinião da Conselheira, esse decreto
311 não deve ser aprovado. Eu entendo que na posição de presidente do Conselho, eu
312 tenho que garantir a todos que se manifestem. É simplesmente: não há nenhuma
313 proposta de encaminhamento. Há uma proposta de moção que nem sei como é que
314 encaminha isso. A gente pode até fazer uma moção. Não tem nenhum problema em
315 fazer uma moção. São duas coisas diferentes. Existe uma minuta de decreto em

316 discussão. Cada Ministério aqui pode apresentar, cada representante pode
317 apresentar suas emoções contrárias ou a favor. Ela apresentou as dela e agora o
318 senhor apresente as do senhor e vamos prosseguir a discussão.” **Manifestação do**
319 **Conselheiro Márcio Mazzaro – MAPA:** “Tenho a palavra?” **Manifestação do**
320 **Presidente João Paulo Capobianco:** “Claro.” **Manifestação do Conselheiro**
321 **Márcio Mazzaro – MAPA:** “Bom, em primeiro lugar, esse decreto, no modo de ver
322 do MAPA, ele ainda não está pronto para ser apresentado ao Conselho. Ele
323 regulamenta...(inaudível)... ele busca regulamentar apenas um dispositivo quando,
324 na verdade, isso é uma colcha de retalhos e ele simplesmente, ao tentar
325 regulamentar o 24, ele não alicerça para sustentar o 25, o 26, o 27 e o 28 da MP,
326 que tratam justamente da repartição de benefícios. Está claro na minuta do decreto
327 que ele não está completo. Ele trata apenas de um artigo. Não tem fechamento, não
328 tem disposição. Foi proposto pelo MAPA a seqüência desse decreto nas reuniões,
329 que se continuasse a regulamentar esses dispositivos da repartição de benefícios.
330 Então, nós vemos com muita preocupação o encaminhamento já e aprovação e
331 submissão desse decreto à deliberação do CGEN e encaminhamento à Casa Civil.
332 Eu acho que ele é um remendo a uma colcha de retalhos. Ele não resolve o
333 problema. O primeiro ponto. O segundo ponto, mais especificamente quanto às
334 propostas do MAPA, nós pensamos o seguinte: do jeito que está colocado pela
335 proposta do MMA – que foi posta na última reunião, inclusive – já vinha sendo
336 consensuado o encaminhamento como...(inaudível)... a União como parte dos
337 contratos antes quando o acesso fosse feito antes da MP, as coleções foram
338 formadas antes da MP, de qualquer forma a União seria parte. Por que? Nós
339 estaríamos penalizando instituições, por exemplo, como a Embrapa, que têm um
340 controle efetivo das suas coleções e de onde foi buscar, mas que têm coletas feitas
341 desde 1940 e 1930 e poucos. Como é que você vai buscar agora, penalizar uma
342 instituição que tem milhares de acessos, para buscar todos esses provedores para
343 fazer contrato? Então, por isso que a nossa proposta... até porque antes da MP não
344 existia obrigação de você identificar os provedores. Então, porque não deixar com a
345 União, como foi a proposta inicial, para facilitar essa situação, já que não existia
346 obrigação legal de identificar provedores? Primeiro ponto. Segundo ponto...”
347 **Manifestação do Presidente João Paulo Capobianco:** “Pediria uma parte só para
348 esclarecimento nesse ponto, só para entender o raciocínio. Eu estou entendendo
349 que o que se propõe é que quando há identificação de provedor, que se faça no
350 provedor. Quando não há, se faça com a União.” **Manifestação do Conselheiro**

351 **Márcio Mazzaro – MAPA:** “Não, em qualquer das situações, se faça com a União.”

352 **Manifestação do Presidente João Paulo Capobianco:** “Sim, mas eu não entendi

353 porque você acha que penaliza a Embrapa. Porque se ela tiver o provedor, por que

354 ela não pode fazer com o provedor?” **Manifestação do Conselheiro Márcio**

355 **Mazzaro – MAPA:** “Evidentemente, qualquer uma das coleções vai dizer que não

356 tem a identificação. Você vai estar estimulando... Agora, se tem a identificação, você

357 tem uma identificação de muitos anos. Você tem que buscar os milhares de

358 provedores que você tem identificado para fazer contrato, quando você pode fazer

359 um contrato só com a União. Você pode negociar, inclusive, com a União... Na

360 repartição de benefícios, você pode negociar com a União não a participação em

361 royalties, mas pode negociar repartição de benefícios referente a transferência de

362 tecnologia, a capacitação, outras formas ...(inaudível)... com certeza. Você está

363 penalizando as instituições que são regularizadas. Bom, a outra questão que é

364 importante nesse decreto que é objeto do nosso dissenso é a questão da

365 identificação do provedor. Se você identifica o dono da área ou identifica a área. Isso

366 é um problema que envolve direito pessoal e direito real e tem uma consequência

367 muito grande. Do jeito que estava colocado, a proposta do MMA volta-se à questão

368 pessoal. Então, você hoje tem que buscar um acesso, por exemplo, feito em 1940.

369 Você chega lá e vai ter que buscar o sucessor do sucessor, vai ter que abrir herança

370 e tudo mais, enquanto que você tratando com direito real, você vai buscar o

371 proprietário da terra e não o cidadão que era proprietário da terra naquela época.

372 Então, são duas questões que nós achamos importantes que devem ser objeto de

373 discussão ainda na Câmara Temática, pensamos nós, e que cremos que do jeito

374 que está sendo colocado, ainda está muito verde para ser discutido no plenário do

375 CGEN. Outra coisa que é importante que esse decreto também aborde são as

376 outras formas de repartição de benefício que não está previsto nesse decreto.

377 Então, em princípio seriam essas as questões, pelo menos preliminares, que nos

378 inviabiliza deliberar e até debater no plenário essa questão. Obrigado.”

379 **Manifestação do Presidente João Paulo Capobianco:** “Bom, de minha parte,

380 como responsável pela coordenação, eu identifico que o senhor trás aspectos

381 concretos e reais que poderão, sim, ser considerados para efeito de debate no

382 plenário. Angélica, por favor.” **Manifestação da Conselheira Angélica Pontes –**

383 **Ministério da Saúde:** “Em nome do Ministério da Saúde, eu queria concordar com a

384 posição do MCT e do MAPA porque eu acho que esse decreto também não vai

385 resolver o problema que a gente tem e, com certeza, as coleções que o Ministério da

386 Saúde possui nas suas instituições e fundações que, com certeza, são bastante
387 antigas também serão penalizadas, assim como a Embrapa. Acho que a gente não
388 está num momento de estar deliberando isso aqui no conselho.” **Manifestação do**
389 **Presidente João Paulo Capobianco:** “Maria Celeste.” **Manifestação da**
390 **Conselheira Maria Celeste – Fiocruz:** “Bom dia a todos. Eu me sinto um pouco
391 desconfortável para opinar sobre esse ponto porque eu não consegui o retorno da
392 nossa procuradoria quanto a essa questão. Quando chegou às nossas mãos,
393 realmente, me preocupou um pouco o escopo desse decreto. Pedi à advogada do
394 meu setor que analisasse e ela realmente levantou as diversas questões que foram
395 aqui levantadas pelo MAPA, exatamente todas, pensando no caso concreto das
396 coleções da Fiocruz. Porém, eu não consegui esse retorno oficial dos setores para
397 estar aqui endossando em nome da instituição, algo com maior força. Eu não
398 poderia deixar de manifestar de qualquer forma a tentativa de encaminhamento
399 interno que tivemos. Aí reforçaria os argumentos apresentados pelo MAPA e pela
400 Ione. Também aproveitando aqui a fala, eu gostaria de manifestar uma opinião que
401 ela se dá no plano político, que foi colocado pela Conselheira Ione, que eu acho que
402 não deve ser confundido com o encaminhamento da discussão desse decreto,
403 entretanto, que é a questão realmente de uma legislação da maior importância e que
404 ao ser protelada cria um quadro de muito desconforto. Eu, por atuar nessa seara de
405 tentar contribuir para as regulamentações nacionais em diversas áreas relacionadas
406 à biotecnologia ou as áreas de atuações da Fiocruz, eu também manifesto
407 ...(inaudível).... eu acho que esse Conselho poderia ter uma forma de manifestar
408 quanto ao interesse que essa matéria realmente seja o mais rapidamente decidida
409 no âmbito nacional. E aí queria acrescentar uma outra preocupação que tem a ver
410 um pouco com todo esse quadro que é no âmbito da política industrial desse
411 governo. Alguns fóruns de competitividade estão sendo lançados. Aí foi lançado o
412 Fórum de Competitividade de Biotecnologia que trabalha com três temas – três
413 verticais e três horizontais, onde um dos temas horizontais é a questão dos marcos
414 institucionais de regulamentação, a questão de investimento, o outro é a questão de
415 recursos humanos, a capacitação. Nas áreas substantivas, a biotecnologia, saúde
416 humana e animal e meio ambiente. Me estranhou enormemente, no lançamento
417 desse Fórum, a ausência do Ministério do Meio Ambiente na composição dessa
418 política. Eu não entendo que isso tenha necessariamente a ver com esse conselho,
419 mas eu acho que é uma informação interessante a se passar. Do meu ponto de
420 vista, não estou representando somente a Fiocruz, mas estou participando como

421 convidada do MDIC nas reuniões e venho tentando interagir com alguns atores no
422 sentido de manifestar a importância que o Ministério do Meio Ambiente passa a
423 integrar o conjunto de Ministérios que estão ditando e conduzindo essa questão.
424 Porque como eu estou percebendo, pelo menos esse grupo de marco institucional e
425 regulamentação, que eu pretendo dele participar, vai rever todas as legislações
426 relacionadas à biotecnologia. Portanto, todas que se pretende para tentar chegar a
427 um foco máximo desse Fórum, que é resolver o problema da biotecnologia no Brasil.
428 Então, é só apenas para manifestar, presidente, que acho que as discussões aqui
429 devem-se dar num plano separado. Acho que uma coisa é a discussão do decreto,
430 que deve se progredir a discussão, encaminhar para a votação e a maioria vai dizer
431 se deve ser aprovado ou não. E uma questão política foi colocada que eu gostaria
432 que o Conselho considerasse porque eu acho que o Conselho está muito passivo
433 quanto à questão desse ordenamento da regulamentação de formato definitivo no
434 país. Obrigada.” **Manifestação do Presidente João Paulo Capobianco:**
435 “Conselheira, obrigado pela sua intervenção. Eu gostaria de apenas, antes de
436 passar a palavra ao Eduardo e depois ao Márcio, eu gostaria dizer apenas que eu
437 iria fazer um relato detalhado sobre o impasse existente em relação à ...(inaudível)....,
438 deixando claro o que está acontecendo. Foi orientação da Ministra que fizesse isso,
439 na última reunião do CGEN, em consideração ao CGEN, relatando o que nós
440 consideramos um absurdo que está ocorrendo, de fato. Isso vai ser relatado. Só não
441 vou fazer agora porque eu acho que o momento agora é o momento de se discutir
442 esse decreto, que é um decreto de extrema importância. Eu queria deixar claro que
443 nós temos a premência de regular questões fundamentais que já estão previstas em
444 lei. Nós temos uma lei em vigor, gostemos ou não. Nós temos uma lei e temos que
445 implementar a lei em vigor sob o risco de estarmos promovendo prevaricação. Nós
446 vamos trabalhar. Se o CGEN considerar e votar que não deve regular coleções, que
447 não deve garantir a repartição de benefício prevista em lei, o CGEN irá deliberar aqui
448 e isso será informado à Presidência da República que tomará essa decisão, porque
449 essa decisão não é soberana do CGEN. Nós temos que deixar claro que nós não
450 estamos trabalhando numa perspectiva de agir ilegalmente. Nós não vamos permitir
451 que medidas protelatórias impeçam a sociedade brasileira de ter garantido os seus
452 direitos previstos em lei. A Medida Provisória é com força de lei. Eu sou Presidente
453 do CGEN. Eu sou responsável por esse processo. O Ministério do Meio Ambiente é
454 o responsável por regulamentar a legislação e nós vamos prosseguir, quer o CGEN
455 aprove ou não. Aí a Presidência da República decide, mas eu não vou prevaricar. Eu

456 vou informar em detalhes o que está acontecendo com a lei na Casa Civil na
457 seqüência. Então, por favor, Eduardo Vélez e depois Márcio. Na seqüência, Beatriz.”

458 **Manifestação do Secretário Executivo Eduardo Vélez:** “Eu só queria resgatar
459 alguns pontos com relação à proposta que está sendo apresentada, porque o
460 objetivo é que nós pudéssemos avançar em cima de pontos para os quais, no
461 âmbito da Câmara, não houve possibilidade, não houve condição de avançar num
462 entendimento, num consenso. O objetivo era compartilhar hoje com os Conselheiros
463 qual é objetivamente a divergência e, eventualmente, achar uma solução aqui hoje
464 mesmo. Acho que ambas as partes que tinham as posições colocadas a partir de um
465 debate nesse conselho, estariam abertas para eventuais ajustes, eventuais ajustes
466 de posição, para que nós pudéssemos aqui achar uma solução consensuada. Eu
467 ainda tenho esperança que isso possa ser feito. Porque houve, no âmbito da
468 Câmara Temática, uma espécie de falta de sentido de prosseguir discutindo o tema,
469 seja porque no âmbito da Câmara Temática não estão todas as instituições – é uma
470 parte das instituições que estão representadas –, quer seja porque não surgiram
471 idéias novas que pudessem avançar. Então, o nosso objetivo aqui hoje era
472 exatamente de disseminar o tema e procurar aqui a construção de uma alternativa
473 que, se não pudesse ser votada hoje, pelo menos apontasse o caminho do
474 consenso para que nós pudéssemos, na próxima reunião, trazer a proposta
475 sacramentada para uma votação com os pequenos ajustes que eventualmente
476 precisassem ser negociados, mas que nós pudéssemos hoje celebrar aqui um
477 caminho para sair do dissenso com relação àquele ponto. Então, eu queria só
478 retomar esse ponto, que me parece que não se deva perder de mente... a idéia aqui
479 não é simplesmente contrapor uma opção um e dois, necessariamente, e ver qual é
480 a mais votada. A idéia é que a gente pudesse aqui em cima do problema real,
481 eventualmente, achar alguma solução alternativa. Segundo ponto: existe sempre um
482 questionamento sobre... nós devemos regulamentar tudo de uma tivesse só ou nós
483 podemos regulamentar em partes? Em se tratando de um tema com um grau de
484 complexidade razoável, em se tratando com um tema em que muitos Ministérios,
485 inclusive, pedem tempo ...(inaudível)... o próprio MCT, na discussão desse decreto,
486 solicitou que a discussão do encaminhamento da repartição de benefícios para os
487 fundos, que nós tínhamos uma proposta inicial que era repassar um terço dos
488 benefícios para cada um dos três fundos, fosse tirado da discussão ...(inaudível)...
489 nós íamos regulamentar o vinte e quatro e outro artigo que eu não lembro o número.
490 O trinta e três. O MCT pediu, nos oficiou inclusive, de que estava constituindo um

491 grupo de trabalho e que precisava de tempo e nós retiramos isso. A Câmara retirou
492 isso e entendeu que a retirada desse tema para uma regulamentação posterior não
493 prejudicava a solução deste tema que está colocado em pauta, que é um tema que
494 no nosso entender resolve, sim, questões práticas que estão colocadas hoje.
495 Questões no Ministério da Saúde, as coleções da Fiocruz. A Fiocruz hoje tem
496 processos aqui em que a gente não tem como autorizar atividade porque a
497 instituição quer usar extratos que não tem identificação do titular. Então, o que nós
498 vamos dizer à Fiocruz? 'Não vai ter autorização. Fiquem com os extratos lá ou
499 joguem fora. Façam o que quiser.' Nós estamos querendo resolver esse problema.
500 Nós temos empresas que já entraram com pedidos aqui dizendo que queriam
501 adquirir o material no comércio ou de um distribuidor para desenvolver seu produto e
502 fazer bioprospecção. Nós dizemos para elas: 'vocês têm que coletar *in situ*. A MP
503 não prevê o uso disso. Não tem a quem invocar como titular.' Uma dessas
504 empresas, inclusive, a Ajinomoto, nos formalizou dizendo que, nessas condições,
505 eles não tinham interesse de fazer negócio e desistiram de fazer negócio. Então, nós
506 estamos preocupados em resolver essas situações. Nós temos o caso, por exemplo,
507 de todo o Banco de Germoplasma da Embrapa que, eventualmente, não tem
508 identificação do titular, e que ela quer usar efetivamente isso para fazer
509 melhoramento genético, e deve usar. Então, nós queremos achar uma solução hoje
510 para dizer assim: 'Embrapa, assina um contrato com a União ou com outra fórmula.'
511 Nós entendemos que essa discussão resolve esse problema. Tem outros elos da
512 cadeia que eventualmente não estão resolvidos? Tem. Tem algumas situações que
513 eventualmente o Conselho possa resolver sem necessariamente dar um decreto?
514 Acho que tem também algumas soluções razoáveis que podem ser apontadas se,
515 eventualmente, outros elos do processo não estiverem devidamente combinados
516 com essa questão aqui, como por exemplo, a questão dos fundos. O que eu acho é
517 que nós não deveríamos por conta desse argumento abortar a discussão e dizer
518 que, portanto, ela não deve ser levada adiante. Só mais dois pontos que eu queria
519 destacar. O segundo ofício que a Conselheira Ione se refere que foi encaminhado,
520 inclusive nós não distribuimos por dois motivos: um deles é porque a própria
521 Conselheira já tinha distribuído por e-mail e o segundo é porque a argumentação do
522 ofício, ela não expressamente coloca óbice à discussão da regulamentação do *caput*
523 do artigo vinte e quatro. O que está sendo questionado é a regulamentação do
524 parágrafo único do artigo vinte e quatro. Nós não estamos tratando da
525 regulamentação do parágrafo único do artigo vinte e quatro, que diz o seguinte: que

526 a União será parte...(inaudível)... caberá à União a repartição de benefícios mesmo
527 que ela não seja parte. Nós estamos tratando aqui nas situações em que a União
528 poderá ser parte subsidiariamente. Então, a preocupação daquele ponto não está
529 em pauta e não afeta esse tema agora no nosso entendimento. A preocupação com
530 relação aos outros artigos também não está sendo discutida por ocasião deste tema
531 que está em pauta. Então, por isso até que nós não consideramos que as
532 motivações colocadas nesse ofício seriam um óbice ao prosseguimento dessa
533 discussão. Por fim, esse decreto não limita a possibilidade da repartição de
534 benefícios à questão monetária através da discussão de lucros. Não. Ele
535 simplesmente diz que a União será parte do contrato e a União poderá negociar
536 diversas formas de repartição de benefícios. Não está dito aqui que é estritamente
537 limitado. Então, eu acho que não procede esse argumento específico. Então, eu só
538 concluo dizendo que, no nosso entendimento, nós devemos orientar a discussão
539 para, em cima das propostas, avaliar quais são os problemas práticos de cada uma,
540 se é possível que nós possamos nos orientar por uma ou por outra ou se é possível,
541 inclusive, outras idéias que possam surgir aqui que possam, eventualmente, até ser
542 detalhadas e trazidas novamente na próxima reunião. Obrigado.” **Manifestação do**
543 **Presidente João Paulo Capobianco:** “Márcio, se você concordar, eu vou passar
544 para a Beatriz primeiro que não falou ainda e depois eu volto para você. Beatriz.”
545 **Manifestação da Convidada Permanente Beatriz de Bulhões – ABRABI:** “Bom,
546 bom dia. Eu queria... eu sei que a gente vai discutir o decreto especificamente, mas
547 só reforçar...(inaudível)... que o pessoal todo já falou em relação ao apoio de
548 encaminhamento de um anteprojeto para o congresso, porque a gente está num
549 momento da CPI da biopirataria que está sendo discutindo o assunto e também
550 fiquei sabendo duma iniciativa de um deputado que entrará que está com uma
551 proposta de transformar recursos genéticos em concessão federal, como se fosse
552 petróleo. Então, eu acho que vai retomar aquele assunto de emenda constitucional.
553 Então, eu acho que seria o momento que a gente pudesse estar reforçando a
554 importância da proposta do executivo. Bom, no decreto específico, eu tenho
555 algumas preocupações. Então, eu queria primeiro falar sobre a questão de que hoje
556 a gente tem, como a Ione falou, uma Resolução em relação à pesquisa científica
557 que você não precisa identificar o provedor. Então, você na frente se essa instituição
558 como o Cenargem, Inpa, quiser utilizar esse material genético na frente para
559 bioprospecção, ele vai ter que retomar ao provedor. E se ele retornar ao provador,
560 ele tem que saber essa história do direito pessoal ou direito real. Então, isso eu acho

561 que é um ponto fundamental de ser definido, como é que o Conselho vai tratar
562 desse assunto. Se você vai realmente procurar quem era o dono na época da coleta
563 ou não. Também o limite de quanto aquela instituição vai procurar, fazer o esforço
564 de procurar quem é o proprietário, porque a gente sabe que o nosso país tem
565 problema de terra, fundiário muito sério, litígio... então, quer dizer, no momento em
566 que a gente define que é União, evidentemente, fica mais fácil você identificar que é
567 a União porque você vai ter um problema na frente de saber quem é, realmente, o
568 proprietário daquela terra e você pode estar criando aí uma quantidade de
569 processos contra a própria União, falando: 'não, quem é o dono sou eu'. Essa é uma
570 outra preocupação. A outra preocupação também é no caso de coleções, por
571 exemplo, que são constituídas e inicialmente não precisam fazer o acesso, como é o
572 caso do decreto que é a questão aí de herbários ou coleções do próprio Cenargem
573 para a pesquisa científica, se determinou ali que essa legislação, essa regra, ficaria
574 então a contar da publicação desse decreto. A gente tem que pensar: vamos supor
575 que esse decreto saia no final do ano. Então, em 2005, já tem cinco anos que essa
576 legislação está em vigor no país. Então, a partir de um momento, você deixa um
577 passivo muito grande porque quando em 2000 você foi definida a Medida Provisória,
578 você criou o espírito da história do provedor. Então, se você põe cinco anos depois
579 que aquela pessoa vai fazer uma bioprospecção numa coleção já instalada e você
580 fala que é União, eu acho que isso pode ter um problema muito sério também,
581 porque evidentemente aquela instituição que já coletou em 2002 vai daqui para
582 frente contar como se fosse União. Então, fica meio desequilibrado. Você está
583 entendendo o que eu estou falando? A pesquisa científica, por exemplo. Você
584 determinou ali no segundo caso que a União. Antes da publicação desse decreto,
585 seria a União. Pode apresentar lá? Esse caso aí. Então, quer dizer material
586 integrado à coleção no caso... aí você fez o corte temporal que vai valer a regra
587 depois do decreto da União, publicação desse decreto. Não é isso? Então, quer
588 dizer, antes do decreto, tudo vai ser união. É isso?" **Manifestação do Presidente**
589 **João Paulo Capobianco:** "Não. Essa proposta é da Embrapa. Há uma proposta de
590 que seja... se houver identificação do provedor, que faça com o provedor. Se não,
591 com a União." **Manifestação da Convidada Permanente Beatriz de Bulhões –**
592 **ABRABI:** "A minha proposta é: se for trabalhar essa questão de usar a União como
593 uma opção, eu acho que nos dois casos deveria ser a partir da Medida Provisória,
594 da publicação, porque essa publicação já está valendo desde 2000. Quer dizer, não
595 dá para você botar num caso 2000 e em outro caso 2004 e 2005. Eu acho isso bem

606 complicado. A outra questão só também é que na hora que você coloca lá também
607 aquele caso de excepcionalidade de que se alguém quiser usar durante aquele
608 período de transmissão e você tem uma penalidade. Bom, eu acho aquilo bem
609 esquisito. Porque uma pessoa vai querer usar um material e ainda vai se submeter à
610 penalidade. Que seja uma exceção. Então, se colocou lá, quem vai sofrer essa
611 penalidade é a instituição requerente. Isso também é muito complicado porque, por
612 exemplo, uma empresa faz um convênio com uma Universidade que coletou isso e
613 não identificou. Quer dizer, quem vai ser penalizado é a empresa? Entende o que eu
614 estou falando? Eu acho que esse caso vai ser muito raro, se acontecer. Eu estou
615 falando assim: nesse caso, eu acho que teria que ser a instituição que coletou. Ela
616 que não cumpriu a lei.” **Manifestação do Presidente João Paulo Capobianco:**
617 “Desculpe. Só para esclarecer. É que o entendimento é o seguinte: se a empresa vai
618 fazer um contrato e não tem a identificação, ela não deveria fazer.” **Manifestação da**
619 **Convidada Permanente Beatriz de Bulhões – ABRABI:** “Eu acho que não vai
620 fazer. O que eu estou querendo dizer é que eu acho que essa excepcionalidade, ela
621 é ...(inaudível)... sinceramente, eu acho que ninguém vai se submeter a isso, porque
622 é mais fácil você coletar o material. Só que o que eu estou querendo dizer é que se
623 for o caso de criar uma penalidade, tem que ser para quem coletou errado.
624 Entende? É isso o que estou querendo dizer. Independente de quem vai ser a
625 instituição. Então, essas foram minhas preocupações. Agora, como essas
626 preocupações, eu não sei se a gente vai resolver aqui... eu acho que o Eduardo
627 colocou muito bem que também na Câmara Temática não houve realmente o
628 consenso e falta de idéias das pessoas que estavam lá para resolver essas
629 soluções, talvez a gente possa escutar... não sei quem tiver mais opinião, mas que
630 realmente não seria o momento de aprovar isso aqui hoje. Teria que amadurecer
esses casos todos que se levantou porque isso é uma coisa que precisa ouvir mais
aí, a procuradoria jurídica da Celeste ou sei lá quem seja e mais outras, para a gente
poder saber as conseqüências do que a gente está assumindo aí desse ato. Esse
decreto na frente vai criar problemas. Na época, por exemplo, da resolução de
pesquisa, que até o ...(inaudível)... e o ...(inaudível)... se posicionaram contra, não foi
para atrapalhar a questão da pesquisa, mas era exatamente quando você começa a
regulamentar muito, você começa a criar exceções que, na verdade, quem vai fazer
pesquisa científica hoje e na frente quer fazer bioprospecção, é melhor que faça
dentro da anuência, contrato, e não tente, por exemplo, simplificar porque na frente
ela vai ter que voltar. Então, era esse o comentário. Eu acho que a gente poderia

631 amadurecer um pouquinho antes de aprovar isso. **Manifestação do Presidente**
632 **João Paulo Capobianco:** “Certo. Márcio, por favor.” **Manifestação do Conselheiro**
633 **Márcio Mazzaro – MAPA:** “Obrigado. Diante de todas as colocações e
634 complementando até o que eu coloquei anteriormente, eu penso o seguinte: a
635 proposta visa regulamentar um dispositivo da MP, o artigo vinte e quatro *caput*,
636 quando na verdade, no meu modo de ver, nós teríamos que regulamentar todo o
637 capítulo num só decreto. Porque se a gente for partir do princípio de que cada
638 dispositivo tem a sua unicidade que requer uma regulamentação específica, nós
639 teremos que fazer trinta e oito decretos. Então, eu acho que não seria bom senso
640 fazer isso. Então, a minha proposta de encaminhamento para a questão é retirar o
641 assunto de pauta, voltar à Câmara Temática e que seja dada a atribuição à Câmara
642 de discutir o capítulo de repartição de benefício como um todo, inclusive colocando
643 em consulta pública pelo prazo de noventa dias a partir de primeiro de fevereiro.
644 Essa é nossa proposta de encaminhamento. Porque você teria condições, inclusive,
645 de obter não só a opinião dos que participam da Câmara Temática como também
646 das instituições de outras instituições interessadas, diretamente interessadas nessa
647 regulamentação e quem mais puder colaborar. É isso. Muito obrigado.”
648 **Manifestação do Presidente João Paulo Capobianco:** “Olha, nós podemos
649 encaminhar na direção que você propõe desde que haja um compromisso dos
650 membros do CGEN num prazo determinado em apresentar uma ...(inaudível)... total.
651 Aí a gente pode concordar. O que não podemos concordar, como Presidente do
652 CGEN, é de que seja: ‘ah, tudo ou nada e aí quando der, deu’. Aí eu acho que se
653 nós nos impusermos como membros do CGEN a responsabilidade e compromisso
654 mútuo de apresentar em um tempo ‘x’ a regulamentação, de forma mais ampla, eu
655 acho que isso é positivo para todos nós. Segundo ponto. Nós estamos trabalhando
656 com clareza e com pauta também.” **Manifestação do Conselheiro Márcio Mazzaro**
657 **– MAPA:** “Em nenhum momento vai haver prevaricação.” **Manifestação do**
658 **Presidente João Paulo Capobianco:** “Com relação à audiência pública, eu acho
659 que nós precisamos pensar nisso. Eu, em princípio, eu acho que as reuniões do
660 CGEN devem ser abertas, tem convidados permanentes, mas devem ser totalmente
661 abertas e deverá ser totalmente aberto. Agora, nós temos uma determinação e uma
662 restrição. Não existe determinação legal para que se faça dessa forma, nem
663 regimental. O que nós podemos fazer é um processo informal. O que quer dizer com
664 isso? Quer dizer que sempre é bom ouvir, desde que não seja protelatório e nós
665 teremos aqui teremos a prerrogativa de considerar aquilo que a gente acha

666 pertinente. Agora, você sabe muito bem que quando se coloca em consulta pública
667 algo que depois não é considerado aquilo que foi manifestado, isso gera conflitos.
668 Então, eu não sei se o CGEN está disposto a abrir esse processo e lá na frente
669 gerar conflitos com instituições que discordam, que vão se manifestar contra, várias
670 vão se manifestar contra e depois o CGEN, assim mesmo, aprova, o decreto sai e
671 qual vai ser o desdobramento político? Eu acho que isso tem que ser avaliado.”

672 **Manifestação do Conselheiro Márcio Mazzaro – MAPA:** “Independente de
673 qualquer coisa, mesmo que a gente não ouça, eles vão espernear.” **Manifestação**
674 **do Presidente João Paulo Capobianco:** “Veja bem. Isso é papel da sociedade. Por
675 isso que vai ter uma lei no parlamento. Agora, existe um papel institucional que foi-
676 nos dado. Esse papel institucional nos foi nos dado com clareza e na forma legal,
677 nós temos um mandato para operar dentro de um caminho. Esse mandato não prevê
678 consulta pública, como ‘n’ outros prevêem. Eu acho que nós vamos abrir uma
679 fragilidade que não sei se vale a pena. Eu, particularmente, acho que nós estamos
680 divergindo. Nós começamos a... o que? Quando você começa a sair meio de lado,
681 meio... é. Nós temos que ter capacidade e competência. Cada instituição aqui tem
682 que consultar suas partes e tem que espelhar o entendimento. Nós temos aqui
683 instituições de pesquisa, instituições de fomento, temos convidados permanentes
684 que representam parcelas da sociedade, cada um tem que consultar suas partes e
685 trazer aqui a opinião e defender a opinião e ser responsável pela opinião que vai
686 trazer e assumir perante a sociedade o seu mandato. Nós somos mandatários para
687 fazer isso com ônus e bônus. Não estamos só por bônus. Tem o ônus, o ônus de ser
688 governo. Nós temos exercitar esse ônus de ser governo. Eu acho que nós estamos
689 indo por um caminho que não leva a nada. Então, eu sugiro que a gente possa
690 encaminhar dessa forma: se houver entendimento no conselho de que nós podemos
691 ampliar a regulamentação, definir aqui um prazo para isso, então a decisão, eu acho
692 que é um encaminhamento positivo. Caso contrário, eu acho que a gente deve
693 prosseguir, mesmo porque os argumentos que foram colocados, mesmo agora pela
694 Beatriz, sinceramente, eu não vejo argumentos concretos que levariam a um
695 adiamento. Ao contrário. Eu acho que os argumentos que você coloca são
696 argumentos de aprimoramento do decreto. Claramente colocados. Não tem nenhum
697 argumento que você colocou aqui, e de nenhum Conselheiro, que me levaria a ficar
698 na dúvida se a apreciação do decreto hoje poderia incorrer em erro porque
699 ...(inaudível)... ao contrário. Eu acho que nós estamos aqui mesmo pelos problemas
700 e tentando evitar problemas. Ana Gita.” **Manifestação da Conselheira Ana Gita –**

701 **Ministério da Cultura:** “Bom, bom dia. Eu estou tentando acompanhar a discussão.
702 Eu não estive na reunião da Câmara Temática, mas eu gostaria de colocar algumas
703 questões aqui, pensar alto e compartilhar algumas idéias aqui com o Conselho.
704 Existem alguns problemas reais e concretos que a Secretaria Executiva enfrenta no
705 seu dia-a-dia. A dinâmica que supõe. Eu acho que essas regulamentações estão
706 ainda no rastro da constituição, digamos, deste campo de atuação de governo pela
707 novidade e pelos problemas que a MP que todos sabemos, que a MP tem e põe. A
708 tentativa de fazer um decreto regulamentando a repartição de benefícios... enfim, ela
709 tem uma complexidade... o tema, o assunto é muito complexo, mas já muito no
710 rastro de tentar um encaminhamento, e acho que o Eduardo colocou muito bem,
711 desses problemas reais do cotidiano do CGEN. Então, eu queria só ...(inaudível)...
712 acho que a discussão precisa amadurecer. Eu concordo com a Beatriz nesse
713 sentido. Talvez ela precise amadurecer, realmente. Que se retome essa discussão e
714 no âmbito da Câmara Temática, não concordo. Não acho que... Eu concordo com o
715 Capobianco. Eu acho que criar mecanismos e estruturas paralelas para discutir
716 questões específicas também, nós temos esse mandato para fazer isso. A minha
717 sugestão é que a gente encaminhe isso para a Câmara Temática para retomar nos
718 pontos realmente frágeis desse decreto, tentar discutir e amadurecer e para então
719 voltar para a próxima reunião do Conselho com alguma coisa mais constituída.”

720 **Manifestação do Presidente João Paulo Capobianco:** “Obrigado, Ana. Eu
721 entendo sua colocação, mas tem uma questão que a gente precisa considerar. A
722 Câmara Temática analisou e encaminhou ao plenário. Não é que não passou por
723 uma Câmara Temática. Mas veja bem: ela analisou e encaminhou para o plenário.
724 Nós vamos fazer... é como se nós estivéssemos dizendo: ‘olha, Câmara Temática –
725 se vira e continua discutindo’. Na verdade, foi o encaminhamento dado. Eu acho que
726 o plenário tem a responsabilidade pelas decisões do CGEN. Não é a Câmara
727 Temática. Então, nós estamos lidando com uma questão em que há complexidade,
728 mas essa é a realidade. O assunto já foi debatido e a Câmara Temática já nos
729 encaminhou parte do processo acordado com... como é que se fala, com consenso e
730 parte sem consenso e encaminhou para o plenário. Quer dizer, se a Câmara
731 Temática analisou e entendeu que no seu âmbito ela não poderia esgotar o assunto
732 e que teria ...(inaudível)... no âmbito do plenário, nós vamos devolver para a Câmara
733 Temática? Não. E eu acho que a proposta do Márcio é diferente. Ela amplia... o
734 argumento dele é outro. Se eu entendi o argumento do Márcio. Márcio, me corrija.
735 Eu entendi que o argumento dele é de que tem outros dispositivos que completam o

736 arcabouço da regulamentação que estão relacionados na opinião dele e que é algo
737 que é consenso... e que se fosse (...) para você trabalhar para regulamentar o
738 conjunto, isso daria mais tranquilidade para deliberar sobre isso, inclusive. O que eu
739 respondi, tudo bem, desde que haja compromisso de fazer isso em um tempo
740 acordado.” **Manifestação do Conselheiro Márcio Mazzaro – MAPA:** “Me permite
741 só um detalhe. É que na Câmara Temática não foi consenso de trazer o assunto já
742 para a pauta. Não foi consenso. No nosso modo de ver, o assunto deveria continuar
743 sendo discutido na Câmara.” **Manifestação do Presidente João Paulo**
744 **Capobianco:** “Essa informação é relevante. Não foi uma deliberação da Câmara vir
745 para o plenário. Não foi. Ah, bom. Essa é uma questão relevante. Eu vou pedir
746 esclarecimento à Secretaria Executiva na seqüência, mas antes a Eliza, por favor.
747 Essa é uma informação relevante.” **Manifestação da Conselheira Elisa Ananias –**
748 **MDIC:** “A gente também, o nosso Ministério não tem participado das discussões
749 nessa Câmara Temática específica com relação a esse ponto específico que está
750 sendo discutido aqui, mas eu queria só apoiar a proposta do Márcio que parece
751 razoável. Na verdade, a gente não está dizendo para a Câmara refazer o que já fez,
752 mas sim a gente vai mandar uma proposta diferente de trabalho. Acho que não
753 temos nada a perder com o fato de se trabalhar um pouco mais em cima de um
754 ponto que, no mínimo, é polêmico pelo o que a gente viu pela discussão aqui.”
755 **Manifestação do Presidente João Paulo Capobianco:** “Obrigado. Eduardo você
756 poderia esclarecer essa questão da Câmara Temática?” **Manifestação do**
757 **Secretário Executivo Eduardo Vélez:** “Não... Eu peço ao Conselheiro Mazzaro que
758 retome a como é que nós terminamos aquela reunião. Nós não chegamos a um
759 consenso. Entendemos que o assunto não tinha condições já de ser colocado,
760 inclusive para uma deliberação, e entendemos que tínhamos que levar para o CGEN
761 para tomar conhecimento da matéria e, eventualmente, dar uma orientação para um
762 caminhou ou para o outro. Tanto que na forma como está colocado na pauta, não
763 aparece aqui a apresentação e deliberação sobre a proposta. Apresenta:
764 apresentação de proposição para regulamentar. No sentido de que nós pudéssemos
765 aqui expor qual era a divergência e colher subsídios deste plenário. Então, eu tenho
766 clareza de que esse foi o entendimento. Inclusive, o Conselheiro na época solicitou
767 que se fizesse uma consulta pública a partir da Câmara Temática e eu alertei para o
768 fato de que seria interessante colher a opinião do Conselho que, eventualmente, se
769 o Conselho tivesse entendimento, a consulta pública, eventualmente, seria um
770 caminhado adequado, mas que nós deveríamos compartilhar com o Conselho, uma

771 vez que tínhamos esgotado a possibilidade de consenso e tínhamos pouca
772 representatividade do ponto de vista de instituições que são afetadas ao tema e que
773 não tinham participado das câmaras. Então, eu não queria entrar aqui num conflito
774 do que foi dito e não foi dito. Isso é importante para nós.” **Manifestação do**
775 **Conselheiro Márcio Mazzaro – MAPA:** “Claro, talvez não esteja claro para os
776 Conselheiros o que foi deliberado. Você até colocou: não houve consenso. O
777 dissenso é justamente nesses pontos colocados, mas há dissenso também quanto à
778 continuidade do trabalho da Câmara. Nós deixamos bem claro, não nessa última, na
779 penúltima reunião, que era necessário regulamentar os outros dispositivos referentes
780 ao capítulo. Foi colocado isso.” **Manifestação do Presidente João Paulo**
781 **Capobianco:** “Vamos, então. Eu acho que nós estamos chegando perto de um
782 entendimento.” **Manifestação do Conselheiro Márcio Mazzaro – MAPA:** “E do jeito
783 que o assunto está colocado aqui na pauta, é como para se deliberar. Embora não
784 esteja dito que é para deliberação, mas o entendimento é que se delibere.”
785 **Manifestação do Presidente João Paulo Capobianco:** “Vamos, então. O plenário
786 é soberano para deliberar. Se quiser deliberar, delibere, inclusive. Não é esse o
787 problema. Eu acho que a proposta colocada aqui é de que a gente faça um esforço.
788 Quer dizer, foi feito um esforço aqui, não se chegou a um consenso total, eu acho
789 que terá que ser dirimido pelo CGEN. Outros pontos foram colocados de
790 preocupações aqui que eu acho que ajudam a Câmara Temática a aprofundar. Eu
791 acho que o argumento da oneração das coleções trazida é significativa, deve ser
792 considerada, e tem a proposta de que a gente regulamente o dispositivo... são cinco
793 dispositivos. Vinte e quatro a vinte e nove em conjunto. Eu acho que a gente poderia
794 encaminhar isso e pergunto qual seria o prazo razoável. Eu entendo que nós
795 poderíamos pensar em solicitar à Câmara Temática que prepare uma proposta para
796 isso para a segunda reunião ordinária do CGEN do ano que vem. Nós teríamos um
797 prazo aí de pelo menos dois meses para uma proposta. Evidentemente, que não
798 precisa ser acabada completamente, mas pelo menos para a gente já receber e
799 poder fazer encaminhamentos. Eu acho que nós deveríamos pensar na
800 possibilidade – viu, Conselheiro? – de... acho bom a Câmara Temática pensar num
801 conjunto, mas eu acho que deveria haver a possibilidade de aprovar coisas que já
802 haja consenso e vai aprovando, para ir adiantando o expediente. Ou se a gente
803 conseguir, de fato, um consenso para tudo, acho que vai ser muito bom. Então, a
804 minha proposta é essa: que a gente devolva à Câmara Temática com a
805 recomendação já com essa discussão que foi feita aqui, que contribui para esse

806 caso específico e com uma recomendação de que a Câmara Temática apresente
807 uma primeira... não uma decisão final, mas pelo menos um relatório de como a coisa
808 ia caminhando, o que ela já tem, na segunda reunião ordinária do CGEN de 2005.”

809 **Manifestação do Conselheiro Márcio Mazzaro – MAPA:** “Só uma contra proposta.
810 Em vez de 24 de fevereiro, 24 de março, porque nós temos janeiro, férias e o
811 carnaval logo em seguida e, portanto, ficariam duas ou três semanas só para
812 discussão.” **Manifestação do Presidente João Paulo Capobianco:** “Ah, não vai
813 ter. (...) me disseram que não seria... que a segunda seria em março mesmo, que eu
814 estava entendendo.” **Manifestação do Conselheiro Márcio Mazzaro – MAPA:**
815 “Então, essa de janeiro não vai haver. Seria na reunião de março, então.”

816 **Manifestação do Presidente João Paulo Capobianco:** “Então, tudo bem. Seria na
817 segunda reunião, considerando que a proposta de calendário... bom, vamos colocar
818 em março para não ter nenhum tipo de problema. Então, aqueles Conselheiros que
819 forem favoráveis a esse encaminhamento, poderiam, por favor, se manifestar?”

820 **Manifestação do Secretário Executivo Eduardo Vélez:** “Votam de forma favorável
821 a Conselheira Ana Gita, Conselheira Taciana, Conselheiro Mazzaro, Conselheiro
822 Carlos Martins, Conselheira Iracina, Conselheira Celeste, Conselheira Adriana,
823 Conselheiro Rômulo, Conselheira Tânia, Conselheira Elisa, Conselheira Maria Alice,
824 Conselheira Angélica, Conselheira Maria Luciene, Conselheira Ione, Conselheira
825 Hilda.” **Manifestação do Presidente João Paulo Capobianco:** “Alguém votou
826 contrário a esse encaminhamento? Fora a Ana Gita? Alguém se absteve? Então, foi
827 unanimidade. Perfeito. Vamos ao próximo item, então. Item seis é a aprovação do
828 calendário de reuniões ordinárias previstas para 2005. Aprovar o tamanho da
829 bronca. Ione tem uma questão?” **Manifestação da Conselheira Ione Egler – MCT:**
830 “Eu gostaria antes de finalizar esse assunto, pedir para deixar registrado em ata algo
831 que como se trata de uma regulamentação, quando quer que essa proposta de
832 regulamentação esteja pronta, ela seja encaminhada conjuntamente com os demais
833 Ministérios que assinam a Medida Provisória. O fato da Medida Provisória ser
834 assinada por quatro Ministérios é um reconhecimento de que este assunto é um
835 assunto que precisa ser analisado e juridicamente também analisado por cada um
836 dos Ministérios. Então, o Ministério da Ciência e Tecnologia gostaria... quer dizer,
837 solicita e deixa registrado que todo e qualquer pedido de regulamentação da Medida
838 Provisória, ele como signatário da Medida Provisória, quer fazer o encaminhamento
839 conjunto. O segundo ponto que eu gostaria de deixar registrado em ata. A primeira
840 coisa é que como nós somos um conselho, a gente não pode levar para o plano

841 pessoal as nossas divergências. Então, eu faço um protesto primeiro em relação ao
842 tom de voz da presidência com um dos Conselheiros, no caso eu, da tentativa de
843 acusar um Conselheiro de falar em nome de um Ministro, sem qualquer
844 fundamentação. Em momento nenhum... podem fazer degravação da fita. Em
845 momento nenhum eu falei em nome da Ministra e nem tenho prerrogativa para tal,
846 de propor uma paralisação branca desse conselho. Muito pelo contrário: propus
847 exatamente que esse conselho fizesse um encaminhamento, fizesse uma moção à
848 Casa Civil no sentido de que ele trabalhou e, conseqüentemente, como trabalhou
849 numa norma, eu gostaria de ver os resultados. Então, isso de forma nenhuma é uma
850 paralisação do Conselho. Muito pelo contrário – é enaltecer a importância dele. De
851 acusar de uma tentativa de cassação do pronunciamento dos Conselheiros, o que
852 também é infundado na medida em que eu estou pedindo justamente aos
853 Conselheiros para fazer uma moção em relação ao novo projeto de lei e de uma
854 ameaça de que tudo que está sendo falado aqui será relatado à Casa Civil. Eu não
855 acho que isso seja um procedimento próprio de encaminhamento das discussões do
856 Conselho e eu gostaria que esses itens fossem registrados na ata. Obrigada.”

857 **Manifestação do Presidente João Paulo Capobianco:** “Com certeza serão
858 registrados e informo que não acolho a recomendação. A Medida Provisória define
859 claramente quem é que encaminha os processos: é o Conselho do CGEN. Não tem
860 nenhuma prerrogativa dos quatro Ministérios signatários da MP sobre o que é
861 encaminhamento nas deliberações do CGEN. O Conselho é soberano inclusive
862 sobre os quatro Ministérios signatários da Medida Provisória. Portanto, não acolho a
863 recomendação e não encaminharei esse procedimento.” Com isso, o Sr. Presidente
864 deu seqüência à pauta, apresentando o **item de número seis**, referente ao
865 calendário das reuniões do Conselho em 2005. Após alteração da data da reunião
866 de março para o dia 22 daquele mês, o calendário foi aprovado. Passando para os
867 assuntos de ordem geral, o Secretário-Executivo do Conselho, Sr. Eduardo Vélez,
868 apresentou o Relatório Anual de Atividades da Secretaria-Executiva do CGEN,
869 relativo às realizações do Departamento do Patrimônio Genético e do próprio
870 Conselho. O Sr. Presidente parabenizou a atuação da Secretaria-Executiva e do
871 Conselho como um todo, apontando o avanço e consolidação da temática do acesso
872 e da repartição de benefícios no Brasil. O Conselheiro Márcio Mazzaro questionou a
873 situação atual da minuta de decreto para regulamentação das sanções
874 administrativas e das contribuições feitas pelos demais Ministérios, ao que o
875 Secretário-Executivo respondeu que as contribuições recebidas haviam sido

876 consideradas na proposta final encaminhada à Casa Civil. A Conselheira Elisa Fraga
877 solicitou que as manifestações dos demais conselheiros acerca do decreto que
878 regulamenta o artigo 30 fossem compartilhadas entre todos, para o que o Presidente
879 do Conselho determinou à Secretaria-Executiva que providenciasse o atendimento
880 da demanda. Aberta a palavra aos Conselheiros, o Presidente do Conselho solicitou-
881 a para fazer um relato do andamento do anteprojeto de lei de acesso. Inicialmente, o
882 Sr. João Paulo Capobianco fez um breve histórico da questão, lembrando que a
883 partir de proposição da Ministra Marina Silva, acolhida pelo CGEN, este constituiu
884 uma Câmara Temática específica para elaborar uma proposta de projeto de lei, com
885 a participação do governo e da sociedade civil. O processo envolveu diversas
886 reuniões e a participação de dezenas de instituições e, uma vez aprovado pelo
887 Conselho, foi encaminhado à Ministra e por sua vez, enviado à Casa Civil para
888 avaliação e ajuste final prévio ao envio ao Presidente da República. Na expectativa
889 de um processo rápido de ajustes, o MMA foi surpreendido por discordâncias de
890 fundo em relação à proposta, manifestadas por alguns dos ministérios que
891 participaram do processo de elaboração. Decidiu-se constituir um grupo de trabalho
892 com a participação da Casa Civil, para tentar dirimir tais discordâncias. Após
893 diversas reuniões, sem que se chegasse a um resultado efetivo, visto que as
894 divergências não eram pontuais e extrapolavam pequenos ajustes, a metodologia
895 adotada pela Casa Civil teve de ser reformulada. Para tanto, esta determinou que os
896 ministérios encaminhassem propostas de emendas concretas ao projeto de lei, para
897 submetê-las ao Presidente da República. Para surpresa do MMA, três Ministérios
898 apresentaram proposta conjunta de substitutivo ao texto aprovado no CGEN, sendo
899 visceralmente contrária ao resultado emanado do CGEN. A situação atual foi para a
900 alçada de Ministros e o assunto será debatido com a Presidência da República.
901 Afirmou ainda que o MMA não iria permitir, embora possa ser voto vencido, que se
902 desconsidere o processo participativo de elaboração do projeto de lei em prol de
903 uma proposta calcada no negócio, em detrimento de outros interesses da sociedade.
904 Disse que até então, por lealdade ao governo este assunto estava sendo tratado no
905 debate interno, mas em decorrência dos rumos do processo e das ilações feitas
906 durante a reunião, com relação à condução do tema pela presidência do CGEN, é
907 que estava dando este depoimento. Concluiu desculpando-se a todos
908 antecipadamente caso o que viesse a ser dirimido pelo Sr. Presidente fosse
909 contrário àquilo que resultou do trabalho do CGEN. A Conselheira Elisa Fraga, do
910 MDIC, sem entrar no mérito das discussões da Casa Civil, alegou que o projeto

911 enviado à Casa Civil não era aquele aprovado pelo CGEN, mas sim uma versão que
912 sofreu alterações substantivas por parte do Ministério do Meio Ambiente. A
913 Conselheira Maria Celeste Emerick agradeceu pelas informações prestadas,
914 manifestou preocupação com divergências surgidas entre órgãos de governo com
915 assento no CGEN e lamentou que o Brasil venha tendo tanta dificuldade para tratar
916 de tema de caráter tão estratégico. O Presidente do Conselho determinou que as
917 versões do CGEN e a enviada pelo MMA à Casa Civil fossem prontamente enviadas
918 para o conhecimento de todos. A Conselheira Ione Egler alegou que o fato
919 ocasionador de propostas adicionais àquelas que saíram do CGEN teve como
920 motivação uma harmonização entre o projeto de lei e a lei de inovação e política
921 industrial, portanto, de que novos elementos surgiram no cenário nacional desde que
922 o CGEN finalizou a discussão sobre o anteprojeto de lei. O representante da
923 ABONG, Sr. Raul Telles, manifestou sua preocupação com a possibilidade de que
924 projetos alternativos àquele que saiu do CGEN tenham sido encaminhados para
925 discussão, sem que se tenha informado aos Conselheiros. Manifestou ainda o
926 entendimento de que se há novas proposições elas devem ser apresentadas e
927 debatidas democraticamente no Conselho. O Conselheiro Márcio Mazzaro, do
928 MAPA, argumentou que a versão na Casa Civil não era a do CGEN e durante as
929 tratativas na Casa Civil, em virtude do processo original ter sido interrompido,
930 aderiram a uma proposta apresentada pelo MDIC com o intuito de abrir a discussão
931 e voltar a negociação. A conselheira Elisa Fraga solicitou que quando as versões do
932 projeto de lei forem enviadas aos conselheiros, a versão do CGEN seja efetivamente
933 a da última reunião e esclareceu que quando afirmou ser diferente a versão que
934 chegou à Casa Civil, referia-se também aos destaques para os quais se colheu a
935 manifestação dos conselheiros na última reunião. O Presidente do Conselho
936 lembrou aos Conselheiros os termos em que foi acordado o encaminhamento do
937 anteprojeto de lei: tudo aquilo que fosse consenso, seria encaminhado à Casa Civil e
938 as divergências seriam dirimidas pela Ministra do Meio Ambiente. Contestou a tese
939 de que o MMA teria desconsiderado a proposta do CGEN, tendo feito uma proposta
940 diferente, destacando que não estava fazendo nenhuma acusação e que não havia
941 mencionado o nome de nenhum dos ministérios. Solicitou ainda que ficasse
942 registrado que o MMA vem conduzido o processo como havia combinado e
943 protestou diante da maneira com que alguns conselheiros abordaram o tema da
944 tramitação do projeto de lei na Casa Civil. A convidada Beatriz Bulhões,
945 representante da ABRABI, solicitou que a proposta final fosse levada ao

946 conhecimento do Conselho antes de ser enviada ao Congresso Nacional. Por fim, o
947 Presidente do Conselho assegurou que a proposta final será levada ao
948 conhecimento do CGEN, inclusive para que se explicitem os motivos que levaram o
949 Governo a optar por um caminho ou outro em relação à proposta original, mas que
950 de fato não há governabilidade sobre o resultado final da negociação, tendo em vista
951 as divergências que estão colocadas no âmbito da Casa Civil. Com isso, o Sr.
952 Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos. Eu,
953 Fernanda Altoé Daltro, por solicitação do Presidente da mesa, lavrei a presente ata.

954

955

Brasília, 09 de dezembro de 2004.

956

957

958

959 João Paulo Ribeiro Capobianco

Eduardo Vélez

960

Presidente

Secretário-Executivo